

Quatro programas para turbinar a economia



Correio fez um comparativo sobre as propostas dos candidatos mais bem colocados nas pesquisas e, entre os principais temas, estão o combate à pobreza e a realização de uma reforma tributária no começo do mandato

Projetos econômicos dos presidenciais

ROSANA HESSEL

Campanha para as eleições deste ano começou no último dia 16, após o fim do prazo para o registro das candidaturas. Os programas dos candidatos foram protocolados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Correio analisou os principais destaques das propostas dos quatro candidatos mais bem colocados na corrida presidencial: o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o presidente Jair Bolsonaro (PL), o ex-governador do Ceará Ciro Gomes (PL) e a senadora Simone Tebet (MDB). Todos possuem diretrizes para o combate à pobreza, que atinge mais de 30 milhões de brasileiros e à desigualdade social, mas ainda há dúvidas como as propostas ficam em pé. Um consenso entre os representantes de três candidatos à eleição, por exemplo, é a necessidade de segurar a inflação e realizar uma reforma tributária ampla, de preferência, nos primeiros seis meses de 2023.

A proposta de Lula, que lidera as pesquisas, prevê a reconstrução do Bolsa Família, mais renovo e ampliação, a fim de garantir renda compatível com as atuais necessidades da população. "revertendo os desmontes do atual governo" no programa reconhecido internacionalmente. O economista Guilherme Mello, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e um dos relatores do plano econômico da campanha peitista, explica que o documento entregue ao TSE aponta as diretrizes principais do plano de governo e a ideia é realizar um amplo debate sobre as reformas, mas com o objetivo de elas criarem emprego e renda e combaterem a fome, a miséria e a desigualdade.

"Esses são pontos para uma economia que quer voltar a se desenvolver. E o plano prevê processos de geração de emprego, transição ecológica, energética e digital que, obviamente, tem impacto sobre a estrutura da economia brasileira", explica. Segundo ele, um dos focos do programa é aumentar a produtividade das empresas e, nesse sentido, uma reforma tributária será uma das prioridades. "Eu diria que ela será mais ampla do que a do Congresso (PEC 110/19). A nossa combina o foco em uma simplificação da tributação direta e indireta, reduzindo a tributação, corrigindo o tabelão do Imposto de Renda e aumentando a tributação sobre os mais ricos", frisa Mello. Ele reforça que a ideia é construir as propostas junto com o Congresso e com diálogo com a sociedade. "Queremos uma reforma tributária justa e solidária", afirma. Em relação à ideia de reverter o teto de gastos, que está no plano, o economista destaca que o modelo do novo arcabouço fiscal também será feito por meio de um debate.

De acordo com Mello, propostas do documento "Contribuições para um Governo Democrático e Progressista", elaborado por seis economistas liberais — o ex-presidente do Banco Central Pérsio Anjos junto com Bernard Appy, Carlos Ari Sandfeld, Francisco Gaezani, Marcelo Medeiros e Sérgio Fausto —, que estão sendo elogiadas por

Na corrida pelo voto

Veja os principais temas econômicos dos programas dos quatro candidatos mais bem colocados nas pesquisas



Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

Programa de reconstrução e transformação do Brasil

Propõe um Bolsa Família renovado e ampliado precisa ser implantado com urgência para garantir renda compatível com as atuais necessidades da população. "Um programa que recupere as principais características do projeto que se tornou referência mundial de combate à fome e ao trabalho infantil" que invoca ainda mais na ampliação da garantia de cidadania para os mais vulneráveis", destaca o texto.

Prevê revogar o teto de gastos e reverter o atual regime fiscal. Defesa de um novo regime fiscal, com credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade e que possa flexibilizar e garantir a atuação anticíclica, que promova a transparência e o acompanhamento da relação custo-benefício das políticas públicas. "Vamos colocar os pobres outra vez no orçamento e os super-ricos pagando impostos", diz o documento.

Prevê a retomada da política de reatuação do salário mínimo. Reafirma o compromisso com as instituições federais e com a retomada das políticas de valorização dos servidores públicos e prevê uma reatuação da reforma trabalhista.

Propõe uma reforma tributária que simplifique tributos e que os pobres paguem menos e os ricos paguem mais. Pretende atuar na correção da sonegação de impostos.

Proposta crítica as privatizações e defende a recomposição do papel indutor e coordenador do Estado e das empresas estatais.

Fontes: Programas de governo protocolados no TSE e economistas ligados às campanhas

analistas, ainda podem ser consideradas. "Acho que eles têm formulações que merecem ser debatidas, mas, no momento, ainda não tive tempo de conversar com eles".

No documento, os seis economistas frisam que proteger os poderes é fundamental, mas não basta, porque "é essencial que as ações do novo governo tornem a economia mais eficiente e ampliem o potencial de crescimento do país, cuja produtividade está estagnada há décadas". "O maior crescimento não apenas amplia a renda a ser distribuída, como contribui para a solvência fiscal no longo prazo", ressalta o texto que aconselha a busca de um novo motor para o crescimento, "com mais valor adicional e inovação tecnológica". No caso do plano de Bolsonaro, que está em segundo lugar nas pesquisas, a principal medida é a



Jair Bolsonaro (PL)

Programa pelo bem do Brasil

No eixo estratégico sobre economia, o programa propõe avançar no crescimento econômico sustentado de médio e longo prazos, que permita geração de emprego e renda com foco na produtividade.

Documento não cita mudanças na regra do teto, apesar de a equipe econômica ter dado sinais nessa direção, mas o programa promete aumento de gastos que não cabem no Orçamento de 2023, como a prorrogação do auxílio de R\$ 600 e a isenção do imposto de Renda para trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos durante a gestão 2023-2026.

Coloca como meta simplificar a arrecadação do sistema tributário brasileiro, aumentando a sua progressividade e o tornando concorrenciaismente neutro. Fala sobre as mudanças já implementadas pelo governo no último mandato, citando a proposta de correção de 31% na tabela do imposto de Renda, que está parada no Senado.

Propõe que a nova legislação trabalhista aprovada será mantida com segurança jurídica, ajudando a combater abusos empresariais e de sindicatos que também não podem ter a capacidade de agir como monopólios. Pretende se concentrar em políticas para formalização dos trabalhadores informais e na redução da taxa de informalidade.

Em relação às privatizações, defende ampliar e fortalecer o processo de cessatização e concessão da infraestrutura nacional e liberar o Estado para que ele possa ser mais eficiente naquilo que é sua vocação por uma das premissas do governo atual e continuará sendo no próximo mandato. Não menciona sobre as privatizações da Petrobras e dos Correios.

prorrogação do Auxílio Brasil — programa que substituiu o Bolsa Família — de R\$ 600. A proposta tem medidas da campanha de 2018, como a isenção do imposto de Renda para quem ganha até cinco salários mínimos e é considerada superficial por analistas e pouco crível do ponto de vista fiscal. O ministro da Economia, Paulo Guedes, tem defendido o financiamento desse auxílio turbinado com a taxa sobre dividendos, mas tanto o Ministério da Economia quanto a coordenação da campanha de Bolsonaro preferiram não comentar o assunto.

Já o programa de Ciro Gomes é o único a apontar fontes e valores e propõe a concretização da proposta de renda mínima do ex-senador Eduardo Suplicy, voltada para as famílias com renda per capita inferior a R\$ 417. A medida prevê



Ciro Gomes (PL)

Projeto Nacional de Desenvolvimento

Prevê aumento de investimento em ciência e desenvolvimento, aumento da qualidade e da quantidade de emprego, reduzindo a informalidade, melhorar os serviços de saúde e reduzir a pobreza e as desigualdades sociais, com base no programa de Renda Mínima do ex-senador Eduardo Suplicy. A previsão é de um valor mínimo de R\$ 1.085 para cada família, e haverá complementações.

A proposta propõe a recuperação do setor público e a sua capacidade de investimento, por meio de uma reforma tributária e fiscal baseada nos seguintes pontos:

- Redução de subsídios e incentivos em 20% no primeiro ano de governo, gerando R\$ 70 bilhões em corte de despesas;
— Recriação dos impostos sobre lucros e dividendos distribuídos, gerando mais R\$ 70 bilhões em receitas;
— Adoção do princípio do orçamento base zero e exame detalhado dos gastos, proporcionando redução de despesas correntes;
— E taxação de grandes fortunas em 0,5% sobre patrimônio acima de R\$ 20 milhões, alcançando cerca de 60 mil contribuintes e gerando aproximadamente R\$ 60 bilhões em receitas.

Defende a autonomia operacional do Banco Central com regime de metas, buscando a menor inflação e o pleno emprego, como nos Estados Unidos.

Propõe uma reforma tributária, com recomposição da carga de impostos, unificando os cinco tributos sobre consumo: ISS, IPI, ICMS, PIS e Cofins.

Proposta de uma nova reforma da Previdência a partir dos pilares: renda básica garantida uma parte da renda associada ao regime de repartição e outra parcela de capitalização.

um piso de R\$ 1.085 para cada grupo familiar, inclusive para os que já recebem alguma assistência, como o antigo Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), caso a renda per capita for menor do que o piso da proposta. Além disso, se houver criação de até 3 anos na casa, serão mais R\$ 170 adicionais por cabeça. E, para cada membro familiar, de 4 a 18 anos, o adicional passa para R\$ 85.

De acordo com o economista Nelson Marconi, professor da FGV e assessor econômico da campanha de Ciro, o programa deverá custar R\$ 82 bilhões a mais do que a previsão orçamentária para o Auxílio Brasil em 2023, considerando os R\$ 400 iniciais, totalizando R\$ 770 bilhões. Parte desse recurso, deve ser custeado com a tributação de 0,5% sobre grandes fortunas. "A diferença poderá ser



Simone Tebet (MDB)

Amor e Coragem

Com foco na educação, programa propõe criar a "Poupança Mais Educação", para incentivar os jovens de baixa renda a concluir o ensino médio e reforçar o ensino superior público no Brasil, incrementando a atividade de pesquisa realizada nas universidades públicas.

Ampliação da educação em tempo integral, em todas as etapas de ensino e regulamentar e implementar o Sistema Nacional de Educação, incentivando a colaboração entre os entes federativos na implementação de políticas educacionais inclusivas e a integração entre a escola e a comunidade.

Reduzir o desemprego, o subemprego e o desalento, incentivar a geração de emprego e renda, com maior formalização e maior remuneração para os trabalhadores.

Preservar o poder de compra do salário mínimo, com reajustes anuais baseados pelo menos na inflação e promover políticas de qualificação e requalificação profissional, orientadas por demandas de mercado e com envolvimento do setor privado, para elevar a empregabilidade.

Aprimorar o Sistema Nacional de Emprego (Sine) com uso intensivo de digitalização e parcerias com o setor privado.

Reduzir a contribuição previdenciária para a faixa de um salário mínimo para todos os trabalhadores, como forma de estimular a formalização.

Criar seguro de renda para os trabalhadores informais e formais de baixa renda em situações de queda súbita de rendimento, sob a forma de poupança ("Poupança Seguro Família"), conforme proposto no projeto da Lei de Responsabilidade Social.

Valde Virgo/CR/D.A. Press

coberta por meio da cobrança adequada do ITR (imposto sobre propriedade rural, porque a arrecadação é muito baixa. E, talvez, uma parte do imposto sobre heranças pode ajudar a fechar a conta", explica. "O programa é bastante ambicioso em termos de renda mínima, mas tem um período para lidar as pessoas da pobreza e, para isso, propõe um status constitucional. O valor precisará ser aprovado pelo Congresso", acrescenta.

Apesar de as privatizações não serem mencionadas no plano, Marconi diz que não há uma posição ideológica em relação ao tema. "A nossa posição é muito pragmática. No caso das telecomunicações e dos aeroportos, tem que fazer. Mas, no da Petrobras, somos contrários, porque a empresa é estratégica para o país. E, no da Eletrobras, também", afirma. "Se for

para fornecer um serviço melhor para a população, agente acha que deve privatizar sim", emenda. Ele destaca que o combate ao juro alto para reduzir o endividamento é outra frente do programa.

No programa de Simone Tebet — que teve a colaboração de um grupo 60 economistas reconhecidos no país —, a proposta de uma economia mais inclusiva e sustentável tem como principal pilar a educação, de acordo com Elena Landau, coordenadora do plano econômico do programa de governo da senadora. Nesse sentido, ela conta que o plano prevê a concretização do projeto da Lei Responsabilidade Social, de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e relatado por Tebet. Uma das principais medidas é a criação de um seguro para o informal, uma espécie de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) financiado com aporte de 15% da renda familiar em títulos do Tesouro Nacional.

A economista defende mais transparência no Orçamento, antes da revisão do arcabouço fiscal, que ela também considera necessária. "O portal da transparência tem que funcionar. E, na questão das regras fiscais propriamente ditas, é difícil ainda uma delimitação, porque não sabemos como estarão as contas públicas no início de 2023", afirma. Landau fez um alerta sobre as bombas fiscais programadas para explodirem no ano que vem, piorando as contas públicas. Pelas estimativas da equipe dela, o volume já está em torno de R\$ 200 bilhões, ou seja, 2% do Produto Interno Bruto (PIB).

Landau ainda defende uma ampla revisão de gastos para abrir espaço fiscal para as medidas propostas. "O que não dá retorno público e social tem que ser revisado e ter o impacto avaliado", enfatiza. Ela ainda centrou fogo no chamados "subsídios para ricos", como é o caso do recente corte de tributos sobre combustíveis, sem qualquer preocupação com a saúde e a educação.

Nesse sentido, a economista reforça a importância da educação no programa de Tebet, "ponto principal do programa. Ela também detona o movimento de empresários querendo a volta de subsídios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a 'bolsa emprestado'".

No passado, o equivalente a 10 Bolsas Famílias foi destinado para os campeões nacionais sem nenhum aumento da capacidade do capital humano", conta, Fernando Veloso, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) e integrante da equipe da campanha de Tebet, destaca que o combate à informalidade é também uma das bases do programa. É uma proposta em destaque é o incentivo à formalização, inspirada no documento dos seis economistas liderados por Arida, que foi um dos 60 colaboradores do programa. Ela também detona o movimento de empresários querendo a volta de subsídios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a "bolsa emprestado".

» Leia mais na pág. 9

Especialistas apontam falta de fontes para cobrir gastos nas propostas de candidatos

# Planos incompletos

» ROSANA HESSEL

As propostas econômicas dos candidatos à Presidência ainda são muito superficiais, de acordo com analistas que reconhecem a necessidade do combate à pobreza, mas com responsabilidade fiscal. Eles alertam para a falta de fontes de recursos para os gastos que são previstos nos planos.

Nesse sentido, o programa do presidente Jair Bolsonaro (PL) preocupa bastante, porque, segundo eles, o ministro da Economia, Paulo Guedes, perdeu a credibilidade de ser um freio aos anseios populistas do chefe do Executivo. Bolsonaro já prometeu

até manter os tributos federais sobre combustíveis zerados em 2023, outra medida que deve piorar ainda mais o quadro fiscal. "A proposta de Bolsonaro continua irrealista e foge das questões básicas do que fazer com o fiscal", avalia Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados. Para ele, o programa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também vai no caminho, não deixa claro as fontes de recursos do novo Bolsa Família.

"O programa do presidente Bolsonaro tem incoerências e a conta não fecha. Por um lado,

sugere mais gastos que podem se tornar permanentes, sem explicar como resolver esse problema. Por outro lado, Guedes tem defendido a taxação de dividendos para cobrir o novo valor do auxílio. Mas isso não deixa de ser contraditório, porque o presidente já está gastando por conta", pontua André Perfeito, economista-chefe da Necton Investimentos.

O economista Simão Davi Silber, professor da Universidade de São Paulo (USP), reforçou o alerta para 2023. "Vai ser muito difícil fechar as contas no ano

que vem. Tem muita demanda de gastos represada e a economia não vai crescer e isso não vai ajudar a arrecadação", explica. Segundo ele, quem vencer a eleição terá que contingenciar despesa no início do mandato. Para Benito Salomão, economista-chefe da Gladius Research, a proposta econômica de Bolsonaro não está clara. "Guedes tem muito pouca força para frear o ímpeto populista do presidente", frisa o analista. Ele defende um arcabouço fiscal reformulando o teto de gastos, com gatilhos para momentos de crise. "O governo acabou com o teto de gastos, da forma como conhecíamos, desde a PEC dos Precatórios."



**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

**Seção:** Economia **Página:** 8 e 9